

México: no pacote, medo de inflação.

Os mexicanos estão preparando-se para um novo aumento na inflação, à medida que o governo começa a colocar em ação um amplo novo "pacto de solidariedade econômica" destinado a sustar a deterioração econômica dos dois últimos meses e a impedir a ameaça de inquietações trabalhistas.

Como parte do pacote, anunciado em dezembro, aumentos de preço de 79% ou mais nos preços da gasolina, da eletricidade, das taxas telefônicas, de açúcar e de fertilizantes já entraram em vigor. As lojas da Cidade do México e ao longo da fronteira com os Estados Unidos já aumentaram os seus preços 30% ou mais, para compensar uma desvalorização de 18% do peso, que também faz parte do programa.

O programa também introduz uma indexação de salários e preços, uma inovação amplamente criticada por economistas mexicanos. Eles alegam que a indexação irá minar outras medidas contidas no pacto e que têm como finalidade reduzir a inflação e que servirá para abrir o caminho para a introdução de um "pla de choque" no estilo sul-americano, que acabará impondo rígidos controles de salários, preços e taxas de câmbio.

No entanto, líderes do empresariado, do setor trabalhista e da agricultura expressaram esperanças de que o plano, o produto de duas semanas de negociações com o governo, possa realmente reduzir a inflação. As esperanças e os elogios destes

líderes referem-se principalmente à promessa governamental de reduzir as despesas a 1,5% do produto nacional bruto e em aumentar os impostos em 1% do PNB, com a finalidade de reduzir um crescente déficit do setor público.

"Não resta a menor dúvida de que o plano irá significar importantes sacrifícios para todos os mexicanos", disse Agustín Legorreta, presidente do Conselho de Coordenação Empresarial, o principal grupo do setor privado do país.

No momento, a inflação é de 144%, a maior já registrada em toda a história mexicana, e muitos economistas estão prevendo que ela deverá aumentar para 200% no próximo ano. No decorrer dos cinco últimos anos, o governo se viu obrigado a enfrentar uma variedade de outros problemas econômicos, incluindo um crescimento negativo, um declínio de 50% nos salários reais, uma dívida externa de 105 bilhões de dólares e a queda do peso, cuja taxa de câmbio caiu de 26 para mais de 2.350 por um dólar.

Falando à nação pela televisão, o presidente Miguel de la Madrid disse reconhecer que "o plano não deixa ninguém contente". O setor trabalhista, por exemplo, não está completamente satisfeito com o pacote. Como parte do acordo, os trabalhadores aceitaram um aumento salarial de "emergência" de 15% agora e de mais 20% este mês, o que representa um pouco menos do que o

aumento imediato de 46% que eles estavam exigindo.

"Evidentemente, os trabalhadores não estão satisfeitos, porque as suas necessidades não foram supridas, e nem as suas demandas iniciais foram satisfeitas", declarou o líder Fidel Velazquez.

No entanto, Velazquez parece ter conquistado uma grande vitória ao conseguir que o governo e o setor privado concordassem com a indexação dos salários e dos preços. A partir de março, o salário mínimo será aumentado mensalmente, "de acordo com a evolução previsível do índice de preços de uma cesta básica de mercadorias", que ainda deverá ser devidamente definida, segundo o plano.

Descrevendo a medida como "temporária e excepcional", o governo informou que a indexação deverá terminar assim que a inflação cair para um nível de 2% ao mês. As tarifas dos serviços públicos e os preços dos produtos produzidos pelo governo também deverão aumentar "de acordo com a inflação mensal prevista", afirma o documento.

Estas medidas foram imediatamente contestadas num país que não tem a mesma tradição de elevadas taxas de inflação de outros países latino-americanos, como Brasil, Argentina ou Bolívia. Apesar de a inflação ter aumentado para três dígitos nos últimos dois anos, durante os anos 60 e início da década de 70 ela permaneceu, em média, abaixo dos 3% ao ano.

Larry Rohter